



Código de bom governo quase pronto

Presidente do Instituto Português de Corporate Governance promete regras até final do ano.

Marta Reis

marta.reis@economico.pt

É o primeiro código de bom governo societário que nasce da sociedade civil e estará publicado até final do ano.

João Talone, presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), quer deixar o código pronto até final do mandato, que termina a 31 de Dezembro.

“Estamos na fase de redacção do documento final”, afirmou, durante um evento sobre a transposição do regime de governação das sociedades anónimas, que teve ontem lugar no escritório de advogados Vieira de Almeida.



João Talone
Presidente do Instituto Português de Corporate Governance

“Gostaríamos de, se possível, escrever mais tarde um documento mais reduzido, com princípios e regras mínimas para pequenas e médias empresas”.

A versão do Código de Bom Governo das Sociedades, adiantou, sofreu algumas alterações relativamente ao anteprojecto, resultado das discussões públicas e contributos recebidos. “O debate tem muito a ver com quem manda nas sociedades, se os accionistas se os seus representantes”, referiu Talone. O presidente do IPCG defende que a gestão do risco é estratégica e que, como tal, os accionistas devem ter informação sobre a quantidade de risco que a sociedade assume. A aprovação da política de responsabilidade social deve ser, também, da competência da AG, assim como as grandes opções estratégicas da empre-

sa, acrescentou. “Defendemos que as grandes opções devem ser tomadas ou ratificadas na AG”, sublinhou.

No total são 150 recomendações que constam do Código de Bom Governo das Sociedades, do IPCG. O presidente do Instituto defende a qualidade do documento e espera que este seja publicado com “o apoio substancial dos associados”.

Numa altura em que a nível europeu a supervisão é um tema em foco, João Talone considera que é inevitável haver um apertar das regras. “Não tenho dúvidas que nos próximos anos vamos assistir a um reforço e complexidade dos aspectos regulatórios”, afirmou. ■

DISCUSSÃO PÚBLICA

300 pessoas

Na discussão pública promovida pelo IPCG participaram cerca de 300 pessoas. Houve sessões no Porto e em Lisboa e 34 colaborações escritas enviadas para o Instituto no âmbito do anteprojecto do Código.